



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO N.º 10/2021

PROPOSTA N.º

45/2021/DCDJ/DIDES

Realizada em 31/05/2021

DELIBERAÇÃO N.º 150/2021

ASSUNTO: **Protocolo de adesão do Município de Setúbal à Fundação do Desporto de Portugal**

A Fundação do Desporto de Portugal tem como objeto social a promoção e apoio ao fomento e desenvolvimento do desporto português designadamente nos domínios da prática desportiva especializada e do alto rendimento, mas também nas áreas da educação, saúde, turismo, ambiente, mobilidade, economia, como o fez desde a sua criação, em 1995.

A Fundação pretende contribuir para o aumento da prática desportiva e do bem-estar físico da população. As suas ações assumem diferentes tipologias, desde o apoio a atletas, a eventos nacionais e internacionais, estudos e investigação, projetos I&D&I, realização de seminários e conferências, entre outras ações de promoção e desenvolvimento do desporto nacional.

A Fundação do Desporto é responsável pela coordenação da gestão dos Centros de Alto Rendimento em Portugal e colabora com outros países no domínio dos Centros de Alto Rendimento (CAR) e demais ações conexas com o desporto de alto rendimento, em parceria com as entidades do Estado Português com responsabilidade ao nível da cooperação internacional.

A Fundação do Desporto propôs ao Município de Setúbal a adesão à sua organização, na qualidade de Curador, e manifesta a disponibilidade para colaborar no apoio às atividades desenvolvidas pelo Município, no âmbito dos seus estatutos e planos de atividade a aprovar anualmente.

As vantagens de adesão do Município de Setúbal à Fundação do Desporto estão descritas com detalhe no anexo 2 da presente proposta. Com esta adesão o Município de Setúbal tem a possibilidade de alocar 85% do valor pago anualmente à Fundação num projeto desportivo ou social por si indicado a nível do Concelho de Setúbal, ou a nível nacional; passa a ter acesso privilegiado a um conjunto alargado de projetos e medidas de desenvolvimento, apoio e financiamento do Desporto; tem direito a majorações fiscais nas verbas aplicadas, entre outros.

Com o início de uma relação formal com a Fundação do Desporto, o Município de Setúbal pretende dar início ao processo de criação do CAR Setúbal, Centro de Alto Rendimento, procurando, numa primeira fase, a certificação para esse efeito das instalações desportivas com estrutura e procura competitiva local, nacional e internacional, como é o caso do Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal, a Piscina Olímpica das Manteigadas, o Centro Municipal de Aguas Abertas e o Centro Municipal de Atividades Náuticas.

De acordo com o exposto, nos termos e para os efeitos previstos nas alíneas o), u) e ff) do nº1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a adesão do Município de Setúbal à Fundação do Desporto e o respetivo apoio financeiro anual de 10.000,00 € (dez mil euros).

Propõe-se ainda, de acordo com os Estatutos da Fundação e de acordo com a clausula segunda do protocolo em anexo, que o Município de Setúbal seja representado no Conselho de Fundadores e Curadores pelo Sr. Vereador Pedro Pina.

A despesa tem cabimento na rubrica orçamental 08 040701 2005 A5.

O TÉCNICO

O CHEFE DE DIVISÃO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

O PROPONENTE

APROVADA / REJEITADA por: Votos Contra; Abstenções; 10 Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA

O PRESIDENTE DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL
 CONTRIBUINTE N.º 501294104
 PRAÇA DO BOCAGE
 2900-276-SETUBAL

IMPRESSO	PAGINA
2021/05/19	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
B0802	ssilva	2021/05/19	2974	2021

CONTRIBUINTE TERCEIRO CLASSE N.º COMP.

FUNDAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL
 COMPLEXO DESPORTIVO DE RIO MAIOR, APARTADO 2 EC

503596744	38982	CT05	/
-----------	-------	------	---

2040-998 RIO MAIOR
 LOCAL DE ENTREGA

AUTORIZAÇÃO DESTINATÁRIO PRAZO

--	--	--	--

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA NÚMERO DO CONTRATO GESTOR DO CONTRATO DESCRIÇÃO

--	--	--	--

DESCRIÇÃO DA DESPESA

PROTOCOLO DE ADESAO DO MUNICIPIO DE SETUBAL E A FUNDAÇÃO DO DESPORTO - PROPOSTA N.º 45/2021/DCDJ/DIDES

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
T012	Transf. Correntes-Instituições sem fins lucrativos		NÃO SUJEITO A IVA	10.000,000		10.000,000	

EXTENSO

DEZ MIL EUROS

Documento n.º 2021 / 2974, Compromisso n.º / , efetuado com base no(s) cabimento(s):
 2021/2848

TOTAIS

TOTAL ILÍQUIDO.....	10.000,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	10.000,00

COMPROMISSO EFETUADO EM

(ORIGINAL)

PROCESSADO POR COMPUTADOR



PROTOCOLO DE ADESÃO

Entre:

FUNDAÇÃO DO DESPORTO, adiante designada por “**1.º OUTORGANTE**”, Entidade Pública Reclassificada – Regime Simplificado, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, pessoa coletiva n.º 503 596 744, com sede no Complexo Desportivo de Rio Maior, neste ato representado por Paulo José Frischknecht, que outorga na qualidade de Presidente do Conselho de Administração com poderes para o ato e por Nuno Francisco Ribeiro Pinto de Magalhães, que outorga na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração com poderes para o ato,

E

MUNICÍPIO DE SETÚBAL, adiante designado por “**2.º OUTORGANTE**”, pessoa coletiva n.º 501 294 104, Código de Atividade Económica 84113 Administração Local, com sede na Praça do Bocage, 2901-866 Setúbal, aqui representado por Maria das Dores Marques Banheiro Meira, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal com poderes para o ato,

Em conjunto designado pelas “**PARTES**”.

Considerando:

1. A natureza, missão e objetivos das **PARTES**;
2. As atribuições e competências das **PARTES** vertidas nos seus estatutos, leis orgânicas e demais e regulamentos;
3. Que o **1.º OUTORGANTE** tem como objeto social a promoção e apoio ao fomento e desenvolvimento do desporto português designadamente nos



- domínios da prática desportiva especializada e do alto rendimento, mas também nas áreas da educação, saúde, turismo, ambiente, mobilidade, economia, como o fez desde a sua criação, em 1995;
4. Que a ação do 1.º **OUTORGANTE** pretende contribuir para o aumento da prática desportiva e do bem-estar físico junto da população;
 5. Que as ações do 1.º **OUTORGANTE** assumem diferentes tipologias, desde o apoio a atletas, a eventos nacionais e internacionais, estudos e investigação, projetos I&D&I, realização de seminários e conferências, entre outras ações de promoção e desenvolvimento do desporto nacional
 6. Que o 1.º **OUTORGANTE** assumiu novas incumbências no universo desportivo nacional, entre elas a coordenação da gestão dos Centros de Alto Rendimento;
 7. Que, adicionalmente, o 1.º **OUTORGANTE** tem como missão assessoria a articulação e colaboração com outros países no domínio dos Centros de Alto Rendimento (CAR) e demais ações conexas com o desporto de alto rendimento em parceria com as entidades do Estado Português com responsabilidade ao nível da cooperação internacional;
 8. Que o 2.º **OUTORGANTE** se rege pela Constituição da República Portuguesa e demais normativos aplicáveis, em especial pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias;
 9. O 2.º **OUTORGANTE** tem por missão definir e executar políticas tendo em vista a defesa dos interesses e satisfação das necessidades da população local.
 10. Nesse sentido cabe-lhe, ao 2.º **OUTORGANTE**, a missão de promover o desenvolvimento do município em todas as áreas da vida, em especial planear, organizar e executar as políticas municipais nos domínios ordenamento do território, urbanístico e do espaço público, da saúde, educação, ação social e habitação, ambiente e saneamento básico,



4

- transportes e comunicações, abastecimento público, desporto e cultura, a defesa do consumidor e a proteção civil, prestando serviços aos cidadãos;
11. Que o **2.º OUTORGANTE** é responsável pelo desenvolvimento de uma estratégia global de qualificação das condições de vida das pessoas e das condições de desempenho das empresas e dos atores económicos;
 12. O valor profilático e de promoção da saúde pública e individual da prática desportiva;
 13. O contributo do desporto enquanto instrumento educativo, formativo de inclusão e integração sociais;
 14. O impacto significativo e determinante do desporto na economia internacional, nacional, regional e local;
 15. As necessidades crescentes de colaboração e articulação sinérgica institucional por parte de entidades com objetivos estatutários e missões focalizadas no desenvolvimento social, civilizacional e económico;
 16. Que as **PARTES** pretendem estabelecer formas de colaboração e intercâmbio mútuos em áreas de reconhecido interesse público, científico, técnico e prático, em especial no que concerne à promoção da saúde, da educação, qualificação e formação e em prol da cidadania.

Celebram entre si, livremente e de boa-fé, o presente protocolo de colaboração o qual se rege, para além das disposições legais aplicáveis, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto

O **2.º OUTORGANTE**, aceita integrar a **FUNDAÇÃO do DESPORTO** na qualidade de Curador e manifesta a disponibilidade para colaborar no apoio às atividades desenvolvidas pelo **1.º OUTORGANTE**, no âmbito dos seus respetivos estatutos e planos de atividade a aprovar anualmente.



Cláusula Segunda

Qualidade de Curador

1. O **1.º OUTORGANTE** aceita a adesão do **2.º OUTORGANTE** na qualidade de Curador nas condições gerais dos seus Estatutos.
2. Para os efeitos previstos nos Estatutos do **1.º OUTORGANTE**, em particular no artigo 15.º da Secção I, o **2.º OUTORGANTE** designa uma pessoa singular que a represente no Conselho de Fundadores e Curadores.

Cláusula Terceira

Dotação anual

1. O **2.º OUTORGANTE** assume a qualidade de Curador do **1.º OUTORGANTE**, durante o prazo de vigência do presente Protocolo.
2. O **2.º OUTORGANTE**, enquanto Curador, realizará a sua dotação mínima anual, no montante de € 10.000.00 (*dez mil euros*), configurando um apoio plurianual, para efeitos do disposto no Estatuto dos Benefícios Fiscais, relativo ao Mecenato Desportivo, respetivamente os efeitos descritos nos artigos 61.º, 62.º e 66.º do Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de junho, caso se aplique.
3. O **1.º OUTORGANTE** emitirá um documento comprovativo, necessário à respetiva relevância fiscal, nos termos do Estatuto dos Benefícios Fiscais, sempre que aplicável.

Cláusula Quarta

Imagem

O **1.º OUTORGANTE** compromete-se, ainda, a incluir o logótipo do **2.º OUTORGANTE** numa posição de destaque em todo o seu material gráfico, sítios web e elementos de comunicação das suas iniciativas.



4

Cláusula Quinta

Prazo de vigência

1. O presente protocolo tem início na data da sua assinatura e tem a duração de 12 (*doze*) meses e é automaticamente renovável, salvo disposição em contrário pelas **PARTES**.
2. Qualquer uma das **PARTES** pode denunciar o presente protocolo mediante um pré-aviso de 30 (*trinta*) dias, a comunicar por escrito, em carta registada com aviso de receção.

Cláusula Sexta

Alterações ao protocolo

Quaisquer alterações ou aditamentos ao presente protocolo devem revestir a forma de documento escrito, assinado pelas **PARTES**.

O presente protocolo de adesão à Fundação do Desporto na qualidade de Curador está escrito em 6 (seis) folhas, sendo todas rubricadas, à exceção da última, por conter as assinaturas.

Assinado aos ___ dias de _____ de 2021, em dois exemplares de igual valor, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes.

O 1.º OUTORGANTE,

FUNDAÇÃO DO DESPORTO

O Presidente do Conselho de Administração,

(*Paulo José Frischknecht*)



FUNDAÇÃO DO DESPORTO

O Vice-Presidente do Conselho de Administração,

(Nuno Francisco Ribeiro Pinto de Magalhães)

O 2.º OUTORGANTE,

MUNICÍPIO DE SETÚBAL

A Presidente da Câmara,

(Maria das Dores Marques Banheiro Meira)



Fundação do Desporto
Condições de Adesão na Qualidade de Curador

Curador	
Natureza da FdD	A Fundação do Desporto é uma instituição de direito privado e utilidade pública. Neste momento é uma Entidade Pública Reclassificada – Regime Simplificado, constituída por Fundadores e Curadores.
Objeto, missão e fins	Promoção do desporto e do bem estar físico, apoiando e fomentando o desenvolvimento do mesmo, designadamente nos domínios do alto rendimento, educação, saúde, turismo, ambiente, economia e aumento da atividade física junto da população.
Curadores	Subdividem-se em 3 níveis, <i>platina, gold e silver</i> , em função dos níveis de investimento.
Instrumento legal de associação	Protocolo de Adesão.
Representação	De acordo com o n.º 3 do Art.º 15.º dos Estatutos, o Curador designa uma pessoa singular que o represente nos Órgãos Sociais da FdD.
Dotação anual	€ 10.000,00 entregues até final do mês de março – valor mínimo determinado por Deliberação do Conselho de Fundadores e Curadores de 18 de dezembro de 2013.
Benefícios Fiscais	130% de majoração fiscal em todos os donativos/entregas realizadas sem limite de investimento.
Fee aplicável à dotação anual	À dotação anual é aplicado um <i>fee de 15%</i> que é alocado ao Plano Anual de Atividades da FdD, aprovado colegialmente por todos os Fundadores e Curadores e que segue o Programa de Desenvolvimento Desportivo da Fundação.
Faculdade de consignação	É facultada ao Curador a possibilidade de consignar/alocar o valor resultante da aplicação da fórmula anterior ao projeto que considerar



INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (D.R. nº236, II Série de 5 de Dezembro de 2013)
Sede Complexo Desportivo de Rio Maior, Apartado 2 – EC Rio Maior, 2040-998 Rio Maior – PORTUGAL
Delegação Lisboa Rua Cidade de Bolama, n.º 10 – 7.º A | 1800-079 Lisboa – PORTUGAL
T (+351) 217 820 119/20 | F (+351) 217 820 121 | E geral@fundacaodesporto.pt

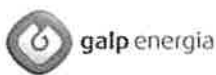
W www.fundacaodesporto.pt | Tw twitter.com/FDesporto | Fb facebook.com/fundacaodesporto



	que mais se coaduna com a sua missão e valores – caso contrário os montantes são totalmente aplicados no PAA da FdD.
Imagem corporativa	Aos Curadores é garantida a associação da marca e logótipo em todo os suportes comunicacionais, de publicidade, comunicação institucional e em todos os projetos da Fundação. A FdD encontrará a melhor forma e os termos, mutuamente mais vantajosos, para que os Fundadores, Curadores possam retirar o melhor desta sinergia.
Programa de Desenvolvimento Desportivo da FdD	<p>a) Medida de apoio aos projetos desportivos desenvolvidos nos CAR*;</p> <p>b) Medida de apoio ao apetrechamento e equipamento dos CAR*;</p> <p>c) Medida de apoio à mobilidade nos CAR*;</p> <p>d) Medida de apoio aos jovens talentos desportivos;</p> <p>e) Medidas de apoio à organização de eventos desportivos nacionais e internacionais;</p> <p>f) Medida de apoio a projetos especiais de interesse desportivo;</p> <p>g) Medida de apoio à capacitação para a emergência e segurança nos CAR* – Ação 1 – Desfibrilhação Automática Externa (DAE) – apetrechamento, equipamento, licenciamento e formação;</p> <p>h) Medida de apoio à capacitação e qualificação no âmbito do desporto;</p> <p>i) Medida de apoio ao desporto para pessoas com deficiência;</p> <p>j) Medida de promoção do empreendedorismo e I&D&I no desporto;</p> <p>k) Medida de apoio à investigação, ciência, publicações e edições;</p> <p>m) Fundo para o apetrechamento e equipamento tecnológico dos CAR*;</p> <p>n) Cooperação Externa - promoção e operacionalização de protocolos bilaterais;</p> <p>o) Exploração de fundos comunitários, entre outros, em prol do desporto;</p> <p>p) Fomento da economia do desporto.</p>
Oportunidade	<u>Internacionalização – promoção de Portugal como destino desportivo</u>

*CAR – Centro de Alto Rendimento.

FdD20190301



INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (D.R. nº236, II Série de 5 de Dezembro de 2013)
 Sede Complexo Desportivo de Rio Maior, Apartado 2 – EC Rio Maior, 2040-998 Rio Maior – PORTUGAL
 Delegação Lisboa Rua Cidade de Bolama, n.º 10 – 7.º A | 1800-079 Lisboa – PORTUGAL
 T (+351) 217 820 119/20 | F (+351) 217 820 121 | E geral@fundacaodesporto.pt

W www.fundacaodesporto.pt | Tw twitter.com/FDesporto | Fb facebook.com/fundacaodesporto

CERTIFICO:

1. Que a fotocópia apensa, a este certificado, está em conformidade com o original;
2. Que foi extraída neste Cartório da escritura exarada de folhas **cento e vinte e três** a folhas **cento e vinte e três verso** do livro de notas para escrituras diversas número **quatrocentos e quarenta e nove – A**, bem como do **documento complementar que dela faz parte integrante**;
3. Que ocupa **vinte e cinco** lauda(s), a(s) quais têm aposto o selo branco deste Cartório, e estão numerada(s) e por mim, rubricada(s).

Lisboa, **vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte.**

A Colaboradora, autorizada pelo Notário Rui Manuel Justino Januário, publicado em 22/09/2017, Maria José Sobral Paixão Oliveira Pestana Poejo, inscrita sob o n.º 51/11


(Maria José Sobral Paixão Oliveira Pestana Poejo)

Registada sob o n.º PA 583 /2020

Av. João Crisóstomo, 26A, 1050-127 Lisboa | T: 213 576 049 / 50 / 51 | F: 213 578 000 | E: rjnotario@rjnotario.pt

Rui Januário Notário
Ciudadano <u>UQA</u>
Folhas <u>123</u>
<u>ij</u>

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

_____ No dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, no Cartório Notarial de Lisboa do Notário **Rui Manuel Justino Januário**, com sede na Avenida João Crisóstomo, 26-A, perante mim, respetivo notário, compareceram como outorgantes: _____

_____ PAULO JOSÉ FRISCHKNECHT, casado, natural de São João Baptista, Tomar, e residente na Rua Diogo do Couto, 7, 3º. B, em Linda-a-Velha, Oeiras, NIF 155 715 496, titular do cartão de cidadão nº. 06007030 7ZX6, válido até 13/7/2028, emitido pelas entidades da República Portuguesa, _____

_____ NUNO FRANCISCO RIBEIRO PINTO DE MAGALHÃES, casado, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, e residente na Travessa das Almas, 11, em Lisboa, NIF 101 302 215, titular do cartão de cidadão nº.04708326 3ZY1, válido até 15/8/2022, emitido pelas entidades da República Portuguesa, _____

_____ que outorgam na qualidade de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, e em representação da "FUNDAÇÃO DO DESPORTO", NIPC 503 596 744, pessoa coletiva de utilidade pública, matriculada no Registo Comercial sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 503 596 744, com sede no Complexo Desportivo de Rio Maior, Apartado 2, EC Rio Maior, _____

_____ qualidade e poderes vinculatorios para este ato que verifiquei por certidão on-line, através do site <https://eportugal.gov.pt>, com o código 6283-4834-7715, de que arquivo *print*, e por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, de vinte de janeiro findo, e pela ata

número sessenta e oito da reunião do conselho de administração, de que
arquivo cópias certificadas. _____

_____ Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus referidos
documentos de identificação. _____

_____ **DISSERAM OS OUTORGANTES:** _____


_____ Que pela presente escritura, e em cumprimento da deliberação tomada
na reunião do conselho de administração, de nove de setembro de dois mil e
dezanove, constante da referida ata número sessenta e oito, alteram os
estatutos da Fundação sua representada, os quais constam de um documento
complementar anexo à presente escritura, que **arquivo**, e cujo conteúdo
conhecem perfeitamente, pelo que dispensam a sua leitura. _____

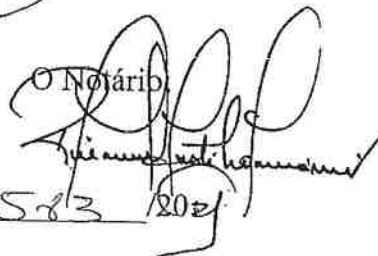
_____ **ASSIM O OUTORGARAM.** _____

_____ Consultei em <https://eportugal.gov.pt> através do código de acesso
3643-6748-3857 o certificado de admissibilidade de firma ou denominação
número 2020010811, emitido em 20 de fevereiro corrente, de que **arquivo**
impressão. _____

_____ **ADVERTI** os outorgantes de que o registo deste ato é obrigatório e
tem de ser requerido no prazo de dois meses. _____

_____ Esta escritura foi lida e o seu conteúdo explicado a quem assim
outorgou, em voz alta e na sua presença.



O Notário


Documento complementar elaborado nos termos do nº 2 do artigo 64º do Código do Notariado, referente à escritura lavrada a folhas 123 do Livro 449 das notas do Cartório Notarial a cargo de Rui Manuel Justino Januário, em 28 de fevereiro de dois mil e vinte:

ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO DO DESPORTO

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Denominação e símbolo

1. A Fundação do Desporto, adiante designada por Fundação, é uma instituição de direito privado e utilidade pública, que se rege pelos presentes estatutos e, subsidiariamente, pela legislação aplicável às fundações.
2. A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos, é dotada de órgãos e património próprios e de autonomia administrativa e financeira.
3. A Fundação adota o símbolo que consta do anexo I aos presentes estatutos, sobre o qual tem direito ao uso exclusivo.

Artigo 2.º

Sede

1. A Fundação tem a sua sede no Complexo Desportivo de Rio Maior, Apartado 2, EC Rio Maior, 2040-998 Rio Maior, na freguesia de Rio Maior, do concelho de Rio Maior, distrito de Santarém.
2. Por deliberação do Conselho de Administração pode ser alterado, com observância das formalidades legais, o local da sede e serem criadas

delegações ou outras formas de representação em quaisquer localidades do País.

Artigo 3.º

Duração

A Fundação dura por tempo indeterminado.

Artigo 4.º

Objeto, fins e atribuições

1. A Fundação tem como objeto social a promoção do desporto e do bem-estar físico, apoiando e fomentando o desenvolvimento do mesmo, designadamente nos domínios do alto rendimento, educação, saúde, turismo, ambiente, economia e aumento da atividade física junto da população.
2. A Fundação prossegue, nomeadamente, os seguintes fins:
 - a) Potenciar o acesso à prática desportiva especializada;
 - b) Promover e apoiar a criação de centros de estudo e investigação;
 - c) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividade que conduza ao bem-estar físico em geral, designadamente através da mobilidade ativa;
 - d) Internacionalizar a rede nacional dos Centros de Alto Rendimento;
 - e) Promover a responsabilidade do desporto na integração, diversidade e aculturação social e profissional;
 - f) Definir e manter canais analógicos e digitais de comunicação, que potenciem o aumento da literacia sobre o desporto e a atividade física;
 - g) Estabelecer um património de dados, conhecimento, prestação alargada de serviços e de relações institucionais em matéria desportiva.
3. Para a prossecução dos seus fins, são atribuições da Fundação:

12 ✓

a) A coordenação nacional dos Centros de Alto Rendimento, que inclui a captação e gestão do financiamento, bem como a organização e apoio à promoção de eventos no âmbito desportivo, de acordo com as condições a definir pelos competentes órgãos da Fundação;

b) A realização de ações de captação de financiamento privado, suplementar ao outorgado pelo Estado, junto do tecido empresarial e grupos económicos, parceiros, associados e demais investidores;

c) A realização de ações da responsabilidade da Fundação, visando o patrocínio de praticantes, a criação de programas e projetos inovadores com impacto social, apoio à organização de eventos nacionais e internacionais; realização de seminários e conferências, que permitam, dentro de quadros contratuais e protocolares, desafiar patronos a encarar e empreender estímulos e novas oportunidades no desporto.

4. A Fundação pode apoiar os praticantes desportivos de alto rendimento, dentro do quadro protocolar ou contratual que seja definido com o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. ou com as instituições desportivas nacionais reconhecidas pelo Estado.

5. A Fundação pode ainda articular a sua atividade com outros países, no âmbito de ações de cooperação desportiva, em parceria com as entidades do Estado português responsáveis pela cooperação internacional.

CAPÍTULO II

Regime patrimonial e financeiro

Artigo 5.º

Património

- 4
1. O património da Fundação é constituído pelo valor das dotações dos membros fundadores, efetivamente realizadas.
 2. O património da Fundação é ainda constituído por:
 - a) Dotações regulares ou extraordinárias dos fundadores e curadores;
 - b) Donativos ou subsídios, ordinários ou extraordinários, que sejam concedidos pelo Estado ou por outras entidades públicas ou privadas;
 - c) Receitas provenientes da cedência dos direitos de utilização do símbolo da Fundação;
 - d) Bens móveis ou imóveis que a Fundação adquira, seja qual for o título aquisitivo;
 - e) Produto da alienação de bens ou de direitos de que seja titular;
 - f) Rendimento de quaisquer bens ou direitos de que seja ou venha a ser titular;
 - g) Receitas provenientes de aplicações financeiras;
 - h) Produto de subscrições públicas, donativos ou outros proveitos provenientes de angariação de fundos;
 - i) Produto de contrapartidas financeiras no âmbito de protocolos ou outro tipo de contratos com instituições nacionais ou estrangeiras.
 3. Para efeitos da alínea b) do número anterior, o Estado pode, mediante contrato-programa, e numa base anual, atribuir uma dotação para prossecução das atribuições da Fundação, em particular no que respeita à coordenação nacional dos Centros de Alto Rendimento.

Artigo 6.º

Fundo de investimento

1. A Fundação dispõe de um fundo permanente de investimento constituído pelos rendimentos e bens que sejam afetos a esse fim pelo Conselho de Administração, em montante não inferior a dez por cento das contribuições anuais fixadas recebidas dos fundadores.
2. O fundo previsto no número anterior não pode ser aplicado em despesas de funcionamento ou em atividades correntes da Fundação.

Artigo 7.º

Consignação de donativos

Em casos especiais, podem ser consignados a determinada modalidade ou competição desportivas, que se enquadrem no objeto e fins da Fundação, donativos, patrocínios ou subsídios, por vontade expressa da entidade que os conceder, até ao limite a estabelecer pelo Conselho de Administração, e respeitando um regulamento interno próprio, a aprovar por este.

Artigo 8.º

Aquisição e alienação de bens

1. Salvaguardadas as limitações impostas pelos estatutos ou pela lei, a Fundação pode praticar os atos necessários à gestão do seu património, nomeadamente adquirindo, alienando e onerando qualquer espécie de bens.
2. A Fundação não pode aceitar doações, heranças ou legados sujeitos a condição ou a encargo que contrariem o seu objeto e fins.

CAPÍTULO III

Estrutura da Fundação e funcionamento

Artigo 9.º

Órgãos sociais

São órgãos da Fundação:

- a) O Conselho de Fundadores e Curadores;
- b) O Conselho de Administração;
- c) A Comissão Executiva;
- d) O Fiscal Único.

Artigo 10.º

Titulares dos órgãos da Fundação

1. O mandato dos titulares dos órgãos da Fundação tem a duração de cinco anos.
2. Os titulares dos órgãos da Fundação são sempre pessoas singulares indicadas por cada uma das entidades que integram o Conselho de Fundadores e Curadores, e que sejam eleitas para os diferentes órgãos, à exceção do Presidente, que é nomeado nos termos estatutários.
3. Os titulares dos órgãos cessantes por decurso do seu mandato mantêm-se em funções de gestão corrente até à tomada de posse dos novos membros eleitos.

Artigo 11.º

Substituição de titulares

No caso de renúncia, destituição, impedimento permanente ou morte do titular de algum órgão, a respetiva vaga é preenchida, no prazo de trinta dias, pela forma prevista nos presentes estatutos para a designação do titular, sendo o mandato do novo titular limitado ao resto do período de mandato em curso:



Artigo 12.º

Deliberações

1. Nas deliberações dos órgãos da Fundação, cada um dos respectivos membros tem direito a um voto, dispondo o Presidente de voto de qualidade no caso de empate.
2. Excetuando os casos previstos nos estatutos ou na lei, as deliberações dos órgãos da Fundação são tomadas por maioria de votos expressos dos membros presentes.

Artigo 13.º

Votações

1. As votações dos órgãos da Fundação revestem a forma que o respetivo Presidente determinar, sem prejuízo do disposto na lei.
2. Os membros dos órgãos da Fundação não podem votar por si, nem por representante ou delegante, nem em representação ou por delegação de outrem, quando estejam impedidos de votar, quando a lei expressamente o proíba ou quando se encontrem em situação de conflito de interesses com a Fundação relativamente à matéria da deliberação.

Artigo 14.º

Destituição

1. Os membros dos órgãos da Fundação podem ser destituídos a todo o tempo.
2. A destituição só pode efetuar-se mediante deliberação do Conselho de Fundadores e Curadores, tomada por escrutínio secreto, por maioria de dois terços dos seus membros em efetividade de funções, com fundamento em:

- a) Indignidade;
- b) Desinteresse manifesto no desempenho de funções, designadamente manifestada através de ausências não justificadas em 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, ou cinco interpoladas, dos órgãos que integrem;
- c) Desrespeito manifesto e reiterado dos fins estatutários da Fundação;
- d) Prática de atos dolosos ou culposos que acarretem grave dano para o bom nome ou património da Fundação.

SECÇÃO I

Conselho de Fundadores e Curadores

Artigo 15.º

Composição

1. Desde que cumprida uma maioria de Fundadores, o Conselho de Fundadores e Curadores pode ser integrado por:
 - a) Todos os Fundadores que se encontram identificados no anexo II aos presentes estatutos;
 - b) Todos aqueles a quem o Conselho de Fundadores e Curadores, sob proposta fundamentada do Conselho de Administração, atribua a qualidade de Curador, por deliberação devidamente fundamentada e tomada por maioria absoluta, tendo em atenção os relevantes serviços prestados à Fundação ou o seu mérito e ações em prol do desporto nacional.
2. Os Curadores poderão ter diferentes categorias em função da sua contribuição anual, a definir em regulamento interno, a aprovar pelo Conselho de Fundadores e Curadores, por proposta do Conselho de Administração, o qual definirá igualmente os respetivos direitos e deveres.

3. Sempre que qualquer entidade referida no número anterior seja uma pessoa coletiva, deve esta designar uma pessoa singular que a represente.

Artigo 16.º

Eleição do Presidente e Vice-Presidentes

1. O Conselho de Fundadores e Curadores elege, de entre os seus membros, um Presidente e dois Vice-Presidentes, de acordo com os presentes estatutos e com as demais normas a constar de um regulamento eleitoral, a aprovar pelo Conselho de Fundadores e Curadores, por proposta do Conselho de Administração.

2. O Presidente e os Vice-Presidentes eleitos não podem acumular funções no Conselho de Administração.

Artigo 17.º

Competências

Compete ao Conselho de Fundadores e Curadores:

- a) Velar pelo cumprimento dos fins e princípios inspiradores da Fundação;
- b) Decidir da adesão de novos Curadores, sob proposta do Conselho de Administração, de acordo com os critérios estabelecidos no respetivo regulamento interno;
- c) Aprovar o valor da dotação suplementar anual a atribuir pelos Fundadores e Curadores, sob proposta do Conselho de Administração;
- d) Emitir parecer sobre o plano anual de atividades e o orçamento da Fundação para o ano seguinte;
- e) Aprovar o relatório anual e as contas do exercício do ano anterior, obtidos os competentes pareceres;

- f) Dar parecer sobre a alienação ou oneração do patrimônio imobiliário da Fundação;
- g) Eleger e destituir os membros dos órgãos sociais da Fundação, sem prejuízo das demais regras previstas nos presentes estatutos;
- h) Emitir parecer sobre propostas de alteração dos estatutos, de transformação ou de extinção da Fundação;
- i) Pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida, para o efeito, pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva;
- j) Dirigir ao Conselho de Administração sugestões ou recomendações sobre quaisquer matérias relativas ao funcionamento da Fundação;
- k) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas pelos estatutos.

Artigo 18.º

Competências do Presidente

1. Compete ao Presidente do Conselho de Fundadores e Curadores:
 - a) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho;
 - b) Dar posse aos membros dos órgãos sociais;
 - c) Assistir e participar, sem direito a voto, nas reuniões do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva, sempre que para tal seja convidado pelo Presidente do Conselho de Administração;
 - d) Praticar os demais atos cuja competência lhe seja cometida pelos presentes estatutos.
2. Os Vice-Presidentes substituem, alternadamente, o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.

Artigo 19.º



Reuniões

1. O Conselho de Fundadores e Curadores reúne ordinariamente duas vezes por ano, uma no mês de dezembro e outra no mês de março, para o exercício das competências referidas, respetivamente, nas alíneas d) e e) do artigo 17.º
2. O Conselho de Fundadores e Curadores reúne extraordinariamente sempre que o seu Presidente o convoque, por iniciativa própria, a solicitação do Presidente do Conselho de Administração ou de, pelo menos, um quinto dos seus membros.
3. As reuniões do Conselho de Fundadores e Curadores são convocadas com a antecedência mínima de quinze dias e nelas podem participar, sem direito a voto, os membros do Conselho de Administração e o Fiscal Único.

Artigo 20.º

Funcionamento

1. O Conselho de Fundadores e Curadores não pode deliberar em primeira convocatória sem a presença de, pelo menos, metade dos seus membros, podendo fazê-lo, em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número.
2. De todas as reuniões é lavrada a respetiva ata informatizada, registada em suporte eletrónico e digital, que é arquivada, complementarmente, em suporte físico, e assinada pelo Presidente e pelo Secretário da reunião.
3. Em todas as reuniões é assinada uma folha de presenças pelos elementos que nela participem e que faz parte integrante da ata referida no número anterior.

SECÇÃO II

Conselho de Administração

Artigo 21.º

Composição

O Conselho de Administração é composto por um número ímpar, com um mínimo de cinco membros, sendo um Presidente, dois Vice-Presidentes e vogais.

Artigo 22.º

Designação do Presidente

O Presidente do Conselho de Administração é nomeado por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área do desporto.

Artigo 23.º

Eleição dos Vice-presidentes e dos Vogais

1. Os restantes membros, Vice-presidentes e Vogais, são eleitos pelo Conselho de Fundadores e Curadores de entre os seus membros, por maioria dos votos dos membros presentes, nos termos dos presentes estatutos e do estabelecido no regulamento eleitoral, preenchendo as posições de 1º Vice-presidente, 2º Vice-presidente, e de Vogais, sucessivamente, consoante o número de votos obtidos.
2. O representante da administração pública desportiva integrará sempre o Conselho de Administração sem prejuízo de se submeter a sufrágio para determinação da posição que ocupará.
3. Sem prejuízo do resultado da eleição os dois Vice-presidentes serão sempre, um representante dos Fundadores e outro dos Curadores.

4. A nomeação do Presidente do Conselho de Administração e a indicação dos demais membros devem ser feitas e comunicadas ao Presidente do Conselho de Fundadores e Curadores, nos termos e prazos que venham a ser fixados no regulamento eleitoral.

Artigo 24.º

Participação dos Fundadores no Conselho de Administração

Pelo menos um terço dos membros do Conselho de Administração são sempre membros do Conselho de Fundadores e Curadores, suspendendo-se o mandato neste último órgão até terminarem o exercício de funções no Conselho de Administração.

Artigo 25.º

Competência

1. Compete ao Conselho de Administração a prática dos atos necessários à prossecução dos fins da Fundação, dispondo dos mais amplos poderes de administração e gestão, nomeadamente:

- a) Aprovar propostas de alteração dos estatutos, de transformação ou de extinção da Fundação;
- b) Definir os programas de atividades e os planos de investimento da Fundação;
- c) Administrar e dispor do património mobiliário e imobiliário da Fundação, deliberando sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens ou direitos, obtidos os respetivos pareceres;
- d) Contrair empréstimos e conceder garantias;


- e) Definir o montante dos rendimentos destinados ao fundo permanente de investimento;
- f) Aprovar, obtidos os competentes pareceres, o plano anual de atividades e o orçamento, preparados pela Comissão Executiva;
- g) Apreciar, obtidos os competentes pareceres, o balanço anual, o relatório e as contas de cada exercício, preparados pela Comissão Executiva;
- h) Decidir da concessão de subsídios ou apoios às entidades promotoras;
- i) Deliberar sobre a consignação de donativos, patrocínios ou subsídios, fixando os limites máximos a consignar;
- j) Deliberar sobre o destino das consignações previstas na alínea anterior no caso da não realização das respetivas ações por facto não imputável à Fundação;
- l) Deliberar sobre a filiação ou o estabelecimento de acordos de cooperação ou de financiamento com instituições, nacionais e internacionais, que prossigam fins análogos;
- m) Propor ao Conselho de Fundadores e Curadores a adesão de novos Curadores;
- n) Fixar o valor, em moeda corrente, de dotações e donativos concedidos em espécie à Fundação;
- o) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas por lei ou pelos estatutos.

Artigo 26.º

Competências do Presidente

1. Ao Presidente do Conselho de Administração compete:

- a) Representar a Fundação;

- 
- b) Presidir ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva;
c) Convocar as reuniões e dirigir os trabalhos do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

2. O Presidente do Conselho de Administração assiste e participa, sempre que o considere necessário ou conveniente, sem direito a voto, nas reuniões dos restantes Conselhos.

3. O Presidente do Conselho de Administração é substituído, nas suas faltas e impedimentos temporários, pelo Vice-presidente que indicar para o efeito, ou em caso de impedimento imprevisto ou falta de indicação pelo 1º Vice-presidente.

Artigo 27.º

Reuniões e Funcionamento

1. O Conselho de Administração reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria, ou de, pelo menos, um terço dos seus membros ou a solicitação do Fiscal Único.

2. De todas as reuniões é lavrada a respetiva ata informatizada, registada em suporte eletrónico e digital, que é arquivada, complementarmente, em suporte físico, assinada pelo Presidente e pelo Secretário da reunião.

3. Em todas as reuniões é assinada uma folha de presenças pelos elementos que nela participem e que faz parte integrante da ata referida no número anterior.

Artigo 28.º

Alienação ou oneração de bens

Os atos de alienação ou oneração, total ou parcial, de bens imóveis que tenham sido doados pelo Estado ou por autarquias locais, só são válidos e eficazes se a respectiva deliberação tiver obtido voto favorável da maioria dos membros do Conselho de Administração e autorização administrativa, nos termos legais.

Artigo 29.º

Vinculação

A Fundação vincula-se em quaisquer atos ou contratos pelas assinaturas conjuntas de dois membros do Conselho de Administração, de dois membros da Comissão Executiva para as matérias compreendidas nas suas competências, ou pela assinatura do Presidente de qualquer um dos referidos órgãos em conjunto com um mandatário nomeado.

SECÇÃO III

Comissão Executiva

Artigo 30.º

Composição

1. A Comissão Executiva, à qual cabe exercer a gestão corrente da Fundação, é constituída por um mínimo de três membros integrantes do Conselho de Administração, sendo um o Presidente e os restantes, os dois membros mais votados na eleição para o Conselho de Administração.
2. Se algum dos membros designado nos termos do número anterior estiver impedido ou pedir escusa do exercício do cargo na Comissão Executiva, será esta integrada pelo seguinte membro mais votado, sucessivamente, até que fique completa de acordo com o número anterior.

919 ✓
100

Artigo 31.º

Competência

1. Compete à Comissão Executiva a gestão corrente da Fundação, designadamente:
- a) Gerir e coordenar a atividade corrente da Fundação de acordo com os princípios estabelecidos nos presentes estatutos;
 - b) Aprovar os projetos de eventos ou programas de atividades que sejam presentes à Fundação;
 - c) Elaborar o plano anual de atividades e o orçamento, submetendo-os para aprovação do Conselho de Administração;
 - d) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;
 - e) Elaborar o relatório e as contas de cada exercício sobre a situação financeira e o funcionamento da Fundação, submetendo-os à apreciação do Conselho de Administração;
 - f) Contratar e dirigir o pessoal e os serviços da Fundação;
 - g) Executar e fazer cumprir as deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração no exercício da sua competência.
2. O Conselho de Administração pode delegar na Comissão Executiva competências adicionais às previstas no número anterior.

Artigo 32.º

Reuniões

1. A Comissão Executiva reúne sempre que convocada pelo respetivo Presidente e, pelo menos, uma vez por mês.

2. De todas as reuniões é lavrada a respetiva ata informatizada, registada em suporte eletrónico e digital, que é arquivada, complementarmente, em suporte físico, assinada pelo Presidente e pelo Secretário da reunião.

3. Em todas as reuniões é assinada uma folha de presenças pelos elementos que nela participem e que faz parte integrante da ata referida no número anterior.

Artigo 33.º

Registo dos Fundadores e Curadores

A Comissão Executiva mantém atualizado um registo de todos os Fundadores e Curadores da Fundação.

SECÇÃO IV

Fiscal Único

Artigo 34.º

Órgão de Fiscalização


O órgão de fiscalização será constituído por um Fiscal Único, e um Fiscal Único suplente, sendo aquele, obrigatoriamente, uma sociedade revisora oficial de contas e este um revisor oficial de contas, contratados de acordo com as normas legais aplicáveis.


Artigo 35.º

Competências

1. Compete ao Fiscal Único:

a) Verificar a regularidade dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos que lhes servem de suporte;



- b) Verificar, sempre que o julgue conveniente e pela forma que repute adequada, a existência dos bens ou valores pertencentes à Fundação;
- c) Verificar a exatidão das contas anuais da Fundação e a aplicação das receitas em conformidade com os objetivos estatutários; 
- d) Elaborar um relatório anual sobre a sua ação de fiscalização e emitir parecer sobre o relatório elaborado pela Comissão Executiva, balanço e contas anuais;
- e) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas por lei ou pelos estatutos.

2. O Fiscal Único procede, em qualquer época do ano, aos atos de inspeção e de verificação que tiver por convenientes para o cabal exercício das suas funções.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Artigo 36.º

Uso do símbolo

1. Os Fundadores e Curadores têm direito a utilizar o símbolo da Fundação, com a menção de “Membro da Fundação do Desporto”, de acordo com as suas respectivas categorias.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Conselho de Administração, nos termos e condições a fixar, pode conceder a pessoas, singulares ou coletivas, que contribuam com donativos julgados relevantes, o direito à utilização do símbolo da Fundação por determinado período de tempo.

Artigo 37.º

Comissão de Vencimentos

1. A Comissão de Vencimentos é composta por três membros, eleitos pelo Conselho de Fundadores e Curadores, que entre si nomeiam o respetivo Presidente.
2. À Comissão de Vencimentos compete a fixação do valor das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, que a elas tenham direito, nos termos legais.
3. Os valores estabelecidos podem ser revistos anualmente pela Comissão, por proposta do Conselho de Administração.

Artigo 38.º

Alterações estatutárias

Os presentes estatutos podem ser alterados, obtido o parecer não vinculativo do Conselho de Fundadores e Curadores, por deliberação do Conselho de Administração com o voto favorável de três quartos do número de membros presentes, sem prejuízo do demais disposto na lei relativamente a esta matéria.

Artigo 39º

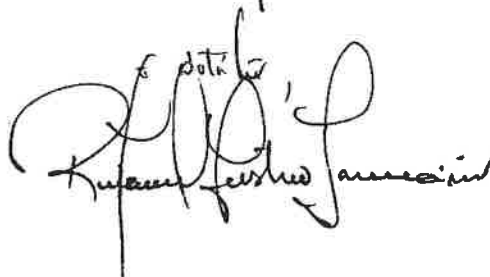
Extinção

1. A Fundação pode ser extinta, quando se verifique a existência de causa legal para o efeito, por deliberação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho de Fundadores e Curadores, aprovada por três quartos do número total dos seus membros.

2. No caso de extinção, o património da Fundação será, por deliberação do Conselho de Administração, obtido o parecer consultivo do Conselho de Fundadores e Curadores, afeto a uma entidade que desenvolva fins idênticos aos da Fundação.



A handwritten signature in black ink, consisting of several vertical strokes followed by a horizontal line and a large, sweeping flourish that loops back to the left.



A handwritten signature in black ink, featuring a large, stylized initial 'R' followed by the name 'Rafael José Fernandes' written in a cursive script.

Anexo I



Anexo II

Instituidores/Fundadores

Estado Português – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. – IPDJ, I.P.

Câmara Municipal da Maia

Comité Olímpico de Portugal - COP

Confederação do Desporto de Portugal - CDP

Rádio e Televisão de Portugal, S.A. - RTP

Energias de Portugal, S.A.- EDP

SONAE, SDSR – Sports Division SR, S.A.

GALP Energia, S. A.

Lactogal – Produtos Alimentares, S.A.

Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, S.A

Associação Mutualista Montepio Geral / Finibanco

Curadores

Renault Portugal, S.A.

COSMOS – Agência de Viagens e Turismo, S.A.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Comité Paralímpico de Portugal - CPP



137